

**FORMAÇÃO POLÍTICA DE PROFESSORES DA EPT E  
CONHECIMENTO SOBRE A REPRESSÃO NA DITADURA  
CIVIL-MILITAR: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO**  
**POLITICAL TRAINING OF EPT TEACHERS AND KNOWLEDGE ABOUT  
REPRESSION IN THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: A NECESSARY  
DIALOGUE**

Cybelle Martins de Lara Cardozo<sup>1</sup>

Angélica Antonechen Colombo<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva refletir sobre a formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Investigando a necessidade de uma formação política docente na EPT, que auxilie na compreensão dos tipos de ataques da ditadura civil-militar contra docentes críticos do regime, metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa, fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, combinado com uma análise exploratória. Por meio de uma revisão bibliográfica narrativa sobre a formação docente na EPT, buscou-se identificar também os debates sobre a formação política para professores. No que tange a estrutura deste artigo, o percurso conceitual pode ser assim descrito: histórico da formação de professores da EPT do Brasil; autores que apontam a necessidade de uma formação política de professores na EPT; discussão sobre a atualidade de uma formação política voltada para a compreensão da ditadura civil-militar brasileira, mais especificamente, no que tange a repressão a docentes; considerações finais e sugestões. Concluiu-se com este estudo, que a EPT ainda carece de políticas públicas contínuas de formação para seus docentes. Para além disso, faz-se necessária, também, a inclusão de conteúdos que tornem os professores capazes de compreender os ataques que acontecem em períodos autoritários, como os da ditadura civil-militar brasileira, sobre os direitos de ensino e aprendizagem, visando o fortalecimento e a defesa dos fundamentos democráticos da EPT no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica. Formação de professores. Ditadura. Repressão política.

**Abstract:** This article aims to reflect on teacher training for Professional and Technological Education (PTE) in Brazil. Investigating the need for political teacher training at PTE, which helps in understanding the types of attacks by the civil-military dictatorship against teachers critical of the regime, methodologically, we opted for a qualitative approach, based on the method of historical-dialectic materialism, combined with an exploratory analysis. Through a narrative bibliographical review on teacher training in PTE, we also sought to identify debates on political training for teachers. Regarding the structure of this article, the conceptual path can be described as follows: history of teacher training at PTE in Brazil; authors who point out the need for political training for teachers in PTE; discussion about the current political formation aimed at understanding the Brazilian civil-military dictatorship, more specifically, regarding the repression of teachers; final considerations and suggestions. This study concluded that PTE still lacks ongoing public training policies for its teachers. Furthermore, it is also necessary to

<sup>1</sup>Mestra em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), *Campus* União da Vitória. *E-mail:* cybelle.cardozo@ifpr.edu.br

<sup>2</sup>Doutora em Educação para a Ciência, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), *Campus* Curitiba. *E-mail:* angelica.colombo@ifpr.edu.br

include content that makes teachers capable of understanding the attacks that take place in authoritarian periods, such as those of the Brazilian civil-military dictatorship, on the rights of teaching and learning, aiming to strengthen and defend the democratic foundations of PTE in Brazil.

**Keywords:** Professional and Technological Education. Teacher training. Dictatorship. Political repression.

# 1 INTRODUÇÃO

No dia 17 de abril de 2016, o deputado federal, Jair Bolsonaro, do Partido Social Cristão (PSC), proferiu seu voto favorável à abertura de *impeachment* contra a então presidente do Brasil, Dilma Vana Rousseff, pertencente ao partido de centro-esquerda, Partido dos Trabalhadores (PT). Elogiando a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de abrir o processo de impedimento, o político lembrou em sua fala, da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), sabendo que a presidente, ora julgada, foi uma combatente em tal período de exceção, tendo sido presa e torturada como opositora política daquele regime.

Referindo-se ao período de governos militares, impostos por força de um golpe de estado, e, segundo Brasil (2007), constituído de violações sistemáticas dos direitos humanos, dedicou seu voto contra o comunismo e pela liberdade, terminando sua fala, homenageando Carlos Alberto Brilhante Ustra, “o pavor de Dilma Rousseff”, numa clara alusão ao papel que o referido coronel teve na repressão e na tortura da época, “apavorando”, como aponta Oliveira e Santiago (2019), os que se colocavam contra tal contexto autoritário.

Além disso, demonstrando sua pauta moral, o deputado também afirmou que votava pela família, e pela inocência das crianças em sala de aula, que, segundo ele, o “PT nunca teve”.

A cassação pelo congresso nacional, do mandato da presidente Dilma Rousseff, sem crime de responsabilidade, foi consumada no dia 31 de agosto de 2016, materializando um tipo de golpe, que Mendes (2022), fazendo menção ao termo utilizado pela primeira vez por Tokatlian (2009), caracterizou como neogolpismo. Para o autor, tais características de cassação demonstram uma atualização dos golpes políticos que visam a quebra brusca do pacto democrático.

Nesta nova forma, com os mesmos objetivos, os militares cedem o protagonismo para outros agentes, tais como o parlamento e o judiciário, contando com o apoio de monopólios da mídia para a construção da aprovação popular a este tipo de rompimento democrático. Ainda explicando o terreno que

propicia os neogolpes, o autor supracitado, afirma que só são possíveis devido à utilização de alta tecnologia política, conhecida hoje como guerra híbrida.

Segundo Korybko (2018), tais ações constituir-se-iam formas de desestabilização de governos, utilizando a guerra econômica, informacional e diplomática. No caso do Brasil, este neogolpe, contou também com o apoio do vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, que com o apoio das forças armadas, termina o mandato em questão, chamando novo pleito presidencial para o ano de 2018, como previsto em lei.

No 1º turno das referidas eleições, havia 13 candidatos, com os dois primeiros lugares ocupados pelo mesmo deputado federal supracitado, Jair Bolsonaro, e o substituto do ex-presidente Lula, do mesmo partido de Dilma Rousseff, o PT, que estava preso ilegalmente devido a acusações da Operação Lava Jato, outro capítulo da guerra híbrida apontado por Mendes (2022).

Importante ressaltar que esta foi, segundo Mendes (2022, p. 162), uma das principais armas da imprensa monopolista contra o PT, "vinculando os fronts sistema de justiça, mídia e ruas". Esta etapa da guerra híbrida, segundo o mesmo autor, alimentou a percepção de maior corrupção no governo, utilizando-se de alta exposição nos noticiários, articulada com as prisões da operação em questão.

Com a alta cobertura midiática, movimentos articulados pelas redes sociais em apoio à Lava Jato, a classe média tornou-se mobilizada contra o governo. Percebe-se uma inflexão em tal clima político de forma mais acentuada, a partir de 2013, onde manifestações de rua, federalizadas pela mídia, derrubaram a popularidade do governo da presidente pela primeira vez, como aponta Souza (2016).

Sobre a parcialidade da Lava Jato, muitas foram as acusações de inovações jurídicas, dentre elas, a existência de um juiz acusador, Sérgio Moro, que condenou Lula à prisão no *timing* das eleições. Afastando o ex-presidente do pleito, depois da vitória do candidato opositor ao partido de Lula, Sérgio Moro aceita o cargo de ministro da justiça, denunciando sua própria parcialidade com este ato.

É neste contexto polarizado, entre um projeto de extrema-direita, com uma pauta autoritária e moral, como demonstra Miguel (2021), representado pelo capitão reformado do exército, Jair Bolsonaro, agora do Partido Social Liberal (PSL), e um de retorno ao programa neodesenvolvimentista, de resistência a políticas neoliberais, levado a cabo pelos governos do PT, como aponta Sader (2013), defendido nas eleições pelo professor Fernando Haddad, ex-ministro da educação do governo Lula, que ocorre o fato que desencadeou a necessidade desta reflexão.

Neste contexto eleitoral supracitado, uma das autoras deste artigo, professora de sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), recebeu mais de cinco denúncias por doutrinação, junto a outros colegas docentes, depois de promoverem uma manhã de debates com dados dos resultados da primeira volta do pleito de 2018.

Como prova para tal acusação, foi apresentado o fato da docente ser filiada ao PT, o que lhe é permitido, vale lembrar, pela declaração dos Direitos Humanos, em seu artigo 2º. Atentando também contra a Constituição Federal de 1988, que declara a liberdade de aprender e ensinar em seu artigo 206, parágrafo 2, as imputações acusavam a professora de “doutrinação”.

O espanto ao receber uma denúncia deste teor, tem sua justificativa ao apontar como problema, o fato de estar cumprindo o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu art. 35, parágrafo 3, proporcionando um espaço de discussão política, baseada em ementa da disciplina. Mais ainda, causou assombro, a demonstração de total desentendimento da própria missão pedagógica e política dos Institutos Federais, de proporcionar um espaço de reflexão crítica e conhecimentos capazes de proporcionar uma transformação social, como aponta Pacheco (2017).

Após análise do discurso contido na denúncia e rememorando a fala de Bolsonaro no *impeachment* de Dilma, sobre sua preocupação com a “inocência das crianças em sala de aula”, chegou-se à conclusão de que eram semelhantes também a outra narrativa divulgada pelo Movimento Escola sem

Partido (MESP), que já tinha bastante destaque, inclusive pelo apoio recebido por Bolsonaro.

Segundo Gomes, (2018), o Escola sem Partido foi idealizado pelo advogado e procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, ex-articulista do Instituto, *think tank*, neoliberal *Millenium*, e notório seguidor das ideias do ultraconservador e ideólogo da extrema-direita, Olavo de Carvalho, como aponta Freitas (2018).

Acusando os docentes de utilizarem-se da audiência cativa dos estudantes para fazer “propaganda política”, os defensores de tal projeto alegam que temas, como a “revolução” militar de 1964, dentre outros temas relacionados às contradições sociais e políticas, eram utilizados por “militantes disfarçados de professores”, em seu trabalho de doutrinação nas salas de aula do país.

Pesquisando mais sobre o movimento supracitado, descobriu-se que ele permaneceu com pouca visibilidade até 2014, quando foi trazido a público de forma mais ativa pelo filho de Jair Bolsonaro. Neste mesmo ano, segundo Gomes, (2018, p. 6), “o deputado do Estado do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, solicitou que Miguel Nagib elaborasse um Projeto de Lei chamado “Escola sem Partido”, que a partir de então foi apresentado em diferentes localidades do país, tendo até se tornado um projeto de Lei na Câmara federal, como apontou Moura (2016).

Em sua aula inaugural, Fernando Penna, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirma que as estratégias discursivas de tal movimento podem ser comparadas as estratégias de tipo fascista, principalmente por utilizarem analogias que desumanizam os professores, tais como a convicção de que há uma manipulação da consciência inocente das crianças, que mobiliza nas pessoas afetos ligados a teorias de tipo conspiratórias, típicas da sustentação ideológica de regimes fascistas.

Outro ponto digno de nota sobre o risco democrático de tal projeto, é o fato de que defende abertamente um revisionismo da ditadura civil-militar brasileira, segundo Silva (2018). Não por acaso, concomitantemente a este revisionismo, observou-se também o crescimento de pedidos públicos de

intervenção militar. Angelo (2018) afirma que manifestações com tal demanda, já apareciam com força em março de 2015, nos atos contra o governo de Dilma Rousseff e contra a “corrupção no PT”, demonstrando a ligação política de tal discurso com este projeto autoritário de escola.

Reconhecendo o potencial perigoso de tal movimento, Frigotto (2017) afirma que o que temos de “pano de fundo” é um ataque à função da escola de formação humana, que se encontra baseada nos valores como liberdade, convívio democrático e respeito à diversidade. Como confirmação do surgimento de uma base social para este novo tipo de discurso de extrema-direita com apelos fascistas, temos a eleição à presidência do Brasil do candidato pelo PSL, Jair Bolsonaro, no segundo turno das eleições supracitadas de 2018, que venceu com 57.797.847 de votos.

Sobre o perigo de tais projetos políticos assumirem o poder, vale ressaltar que, governando o país a partir de 2018, Jair Bolsonaro e seus apoiadores, adotando posição negacionista em tempos de pandemia mundial causada por um novo tipo de vírus mortal, *SARS-CoV-2*, levaram o país ao número de 689 mil mortos, até 19 de novembro de 2022, relativizando a gravidade do momento, tomando atitudes que levaram a muitas mortes e que poderiam ser evitadas.

No âmbito educativo, o ataque também foi sem precedentes. Em outubro de 2022, pouco antes das eleições, houve um corte de mais de 1 bilhão do orçamento das Universidades e Institutos Federais. Sobre os impactos diretos da gestão ultra reacionária na educação, poderíamos também falar sobre o corte de bolsas científicas, em um momento de intensa necessidade de inovações por conta da pandemia mundial supracitada.

Ao pesquisar sobre o projeto Escola sem Partido, defendido pelo agora ex-presidente Jair Bolsonaro, chegou-se a várias semelhanças com o discurso fascista da época da ditadura civil-militar. Dentre eles, a criminalização dos professores mais críticos do regime, considerados comunistas, e por isto, subversivos, como aponta Toniol (2022). Guardando semelhanças com a caracterização do “professor doutrinador” do MESP, os “subversivos”, é bom

que se recorde, eram passíveis de prisão, tortura e, em alguns casos, morte, como aponta Motta (2018).

Refletindo sobre a necessidade dos professores de aprenderem a reconhecer e resistir a tais projetos políticos e pedagógicos de cunho autoritário, como o MESP, busca-se aqui investigar a formação dos professores na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), identificando o debate sobre a importância de uma formação política crítica.

Sobre a metodologia, optou-se pela pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa do pensamento de alguns autores importantes para a discussão da formação política de professores em geral e para a EPT. Assim sendo, encontrou-se em Ciavatta (2006), Frigotto (2005), Saviani (2011), Fernandes (2019), Freire (2011) e Adorno (1995), uma base teórica favorável para realizar este intento.

O estudo aqui apresentado, justifica-se pela pouca produção acadêmica sobre a formação política de professores da EPT, considerando que, mesmo esta área de formação ainda é pouco estudada na academia, apesar da ampliação significativa da Educação Profissional e Tecnológica realizada por meio dos Institutos Federais.

Como sugestão, chegou-se à ideia de que tal formação política-crítica almejada para os professores da EPT, no entender das autoras, deveria passar também pela inclusão curricular de conteúdos sobre a ditadura civil-militar e dos tipos de ataques perpetrados por estes regimes aos docentes. Esta ideia se justifica pelo fato de que é apenas pela compreensão e vivência do estado democrático de direito, como requisito básico para a formação de cidadãos críticos e participantes, que poderemos defender, quando preciso, e ampliar, quando favorável, os fundamentos democráticos declarados na fundação dos Institutos Federais.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Considerando que, segundo o Ministério da Educação (MEC), a EPT é uma modalidade da educação básica, cujo objetivo essencial seria a “preparação para o exercício de profissões”, a área de estudo em que se

encontra o tema ora proposto, é a formação de professores para esta categoria.

Segundo Ciasca e Silva (2021), a formação para o trabalho no Brasil remonta ao período colonial (1500-1822), onde indígenas e escravos, pertencentes às classes menos favorecidas daquele sistema, ensinavam as técnicas necessárias para os que estavam iniciando no trabalho da produção açucareira.

Já no período republicano, depois da morte de Afonso Pena, com a chegada de Nilo Peçanha ao poder, tem-se a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, contendo as escolas de Aprendizizes e Artífices sob o Decreto n.º 7.566/1909. Digno de nota é o fato de que é esta rede federal que dará origem ao que hoje chamamos de Institutos Federais.

Ligada ao fator produtivo e a formação de trabalhadores, a educação profissional no Brasil surgiu com uma perspectiva tipicamente assistencialista, tendo como preocupação, oferecer condições de sobrevivência e de trabalho a órfãos, desamparados e propensos à ociosidade, inaugura uma perspectiva dual que perdura até hoje.

Nesta dualidade, os filhos da classe trabalhadora têm um ensino dirigido para o trabalho, com conteúdos aligeirados e técnicos. Para os rebentos da classe mais abastada, que não precisam necessariamente trabalhar para sobreviver, o ensino é propedêutico, possibilitando sua entrada para os bancos da Universidade.

Com a pressão das empresas por formação para o trabalho, não é difícil entender por que os professores nesta categoria de educação, encontram-se entre profissionais da área e não entre licenciados. Outra característica específica de tal modalidade, é o atrelamento de seus cursos com as necessidades do mercado de trabalho, o que levaria a modificações de tempos em tempos das profissões e conhecimentos técnicos demandados.

Ao estudar as políticas públicas de formação de professores para a EPT, Oliveira (2016), chegou à conclusão de que são sempre aligeiradas, com caráter emergencial. Isto se dá em grande parte porque a educação

profissional está tradicionalmente ligada à necessidade do mercado e se modifica conforme as necessidades do capital.

Tal característica, segundo a autora, acaba por colocar os docentes em salas de aula, sem ter uma leitura mais profunda da totalidade social do mundo capitalista e do caráter de coletividade da profissão que estão ensinando.

Desta forma, perpetuam uma técnica, descolada da condição histórico-social de sua produção, fortalecendo o discurso de naturalidade do sistema econômico capitalista. Além disso, as conclusões apontadas por Oliveira (2016) indicam que a falta de um sistema nacional de educação impossibilitaria a discussão mais aprofundada do que seriam conteúdos necessários para um professor da educação profissional e tecnológica.

Cabe lembrar, que a diferenciação entre trabalho prático e intelectual é produzida e metabolizada para uma sociedade de tipo capitalista e, por isso, a escola produz e reproduz suas classes fundamentais, burguesia e proletariado, donas dos meios de produção e vendedoras da força de trabalho respectivamente, que se encontram em permanente conflito.

Sobre este aspecto, Gramsci (2001) debate que todo trabalhador é também um intelectual, já que aprende e reflete sobre seu trabalho, suas técnicas e sua posição no mundo. Neste caso, o que se precisa, é uma escola que forme este trabalhador para, se assim desejar, ser também dirigente em sua sociedade. Sobre as características necessárias a um professor, Gramsci (2001) argumenta que deve ser um intelectual orgânico, mantendo-se ligado às necessidades de sua classe originária, proletária, atuando como seu porta-voz.

Levantando a importante questão sobre ser professor em países periféricos como o Brasil, Fernandes (2019), aponta que se faz necessário que eles sejam também cidadãos. Segundo o autor, é impossível transformar a sociedade sem que os alunos compreendam e participem da luta de classes que vivem cotidianamente.

Conhecer este terreno de luta, para o autor, seria uma de suas tarefas, além disso, o docente precisaria, através da sua conduta, dar o exemplo de participação democrática, demonstrando a importância de se lutar por uma

sociedade menos desigual, que se expressa com clareza no interior da própria escola.

Nesta linha de pensamento, Ciavatta (2006), aponta ser de extrema importância que o professor entenda que produz sua vida não de modo individual, mas sim, “junto com os demais”. Outro ponto ressaltado pela autora é que, tendo o trabalho uma perspectiva histórica, é de extrema relevância olhar para o contexto em que o saber é produzido. Assim, a autora afirma ser necessário ao docente, quando da elaboração de suas aulas, e na sua prática, perguntar-se sobre quem aprende, quem não aprende, qual o contexto da escola em que trabalha, da vida de seus alunos, e, por fim, do sistema societal em que a educação acontece.

Debatendo sobre o ensino na EPT, Saviani (2011), seguindo os passos de Gramsci (2001), ressalta que deve ser baseado na concepção de politecnia. A instituição de uma educação politécnica, segundo o pensamento do autor supracitado, tem por objetivo essencial a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, além de objetivar a integração entre a instrução profissional e a instrução geral, dissolvendo assim a separação social que existe entre “quem pensa e quem faz”.

Fora esta preocupação fundamental, o autor alerta para o fato de que o capital deseja controlar o processo de aquisição do conhecimento, para que este lhe sirva de forma acrítica, o que explica de forma clara o ataque ao pensamento crítico que encontramos em projetos atuais como o do Movimento Escola sem Partido (MESP). Sendo assim, para Saviani, é preciso problematizar o motivo dos conhecimentos técnicos serem desconectados da totalidade contraditória em que foram elaborados.

Com a recuperação desta noção de politecnia, aliando ciência, cultura e técnica, segundo o autor supracitado, pode-se fazer com que a EPT eduque trabalhadores, como defendia Gramsci, para serem dirigentes. Isto só seria possível, segundo Saviani, através de um sólido conhecimento científico, capaz de questionar e reconhecer as necessidades de transformação da sociedade de classes desiguais em que vivemos.

Identificando esta realidade desigual e o controle da educação destinada aos filhos dos trabalhadores, Frigotto (2005), enfatiza que os conteúdos estudados, são subordinados ao processo de acumulação do capital e, por isso, cristalizam um aprendizado que não serve para o estudante da classe trabalhadora entrar para o ensino superior.

Com esta dualidade prevalecendo na sociedade, aponta o autor, a saída possível seria a já citada educação politécnica, onde se ensinaria não a fórmula, mas a base do entendimento das coisas. Para que isto se concretize, diz Frigotto, é importante haver, nas escolas que oferecem a EPT, uma integração entre a formação humana, científica e tecnológica. Sendo assim, os professores, para concretizar nos alunos este conhecimento, precisam enxergar suas disciplinas, e suas vidas como fazendo parte de uma totalidade social, que neste momento diz respeito ao sistema capitalista de produção.

Outra ideia importante para este debate sobre a relevância da formação política, é a de que, como aponta Freire (2011), “educar é um ato político”, e, por isso, o professor precisa se “politizar”, compreendendo as possibilidades e limites de uma escola que se encontra em um país pobre, com alta violência de classe e dependente como o Brasil.

Por último, mas não menos importante em tempos como os que estamos presenciando, faz-se importante trazer o pensamento de Adorno (1995), que tinha por premissa básica: “Que Auschwitz não se repita”.

Em tempos de uma retórica e um tipo de prática neofascista, com utilização de discursos de ódio e desumanização contra os professores, como o apresentado pelo MESP, é necessário que os docentes compreendam como as ditaduras operam e oprimem o sujeito crítico, além de influenciar nos currículos para serem cada vez mais técnicos e sem reflexão sobre a realidade histórica.

Segundo o autor supracitado, uma sociedade que tira a autonomia e a capacidade de julgar por si próprio, teria levado o mundo a presenciar o horror de profissionais que, seguindo ordens ou não, criaram campos como o de concentração de Auschwitz.

No Brasil, uma forma de compreendermos melhor este tipo de processo, de retirada à força da autonomia e da crítica das escolas, é observado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), legitimada por um discurso anticomunista, característico do conflito, conhecido como Guerra Fria, que havia entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), em grande parte do século XX (1945-1989).

Dividindo o mundo em dois grandes blocos: liberal-capitalista de um lado e comunista-socialista de outro, Gesteira (2014, p. 1), aponta que esta tensão foi responsável por: “conflitos, golpes e até mesmo de outras guerras, de caráter civil e/ou militar ao redor do planeta”.

Nenhum país do mundo ficou de fora desta disputa, já que as duas potências procuraram estabelecer zonas estratégicas de influência direta, ideológica e de defesa, o que explicaria em partes a opção por apoiar e financiar governos favoráveis implantados através de golpes de estado, como o que aconteceu no Brasil. No contexto do golpe brasileiro de 1964, os Estados Unidos já desenvolviam no continente latino-americano estratégias baseadas na contrarrevolução, o que os levou a apoiar os militares na quebra do regime democrático no país, como demonstra Fico (2004).

Sobre este período e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo, Fernandes (1975) afirma que a ditadura foi importante para a transição do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista no Brasil. Nesta dinâmica, o capitalismo competitivo teria fomentado o desenvolvimento econômico que acabou, “dialeticamente”, impondo a necessidade da ampliação na participação política, o que ele chamou de uma revolução dentro da ordem, que através da atuação das massas, acabaria por romper com o caráter autocrático e dependente do Estado brasileiro. Tudo isso era inaceitável para a “elite autocrática nacional” e, segundo o sociólogo, a solução de tal “elite” foi o golpe militar, desencadeando o que ele chamou de uma “contrarrevolução preventiva”.

Para Stephan (2016), tal política pressupõe um redirecionamento das forças, no que tange a repressão da chamada subversão, que estaria relacionada a todo tipo ações de infiltrações e revoluções. Esta disputa, que a

autora chamou de guerra invisível, demandaria a utilização da inteligência, que por sua vez operaria por meio de investigações clandestinas e denúncias. No Brasil, não por acaso, teremos no ano de 1964 a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Com este aparato repressivo cada vez mais organizado, a ditadura, que golpeou o país por 21 anos, teve consequências bastante desagradáveis para milhares de cidadãos brasileiros, professores e alunos da EPT incluídos, e para a construção efetiva da democracia, como aponta Fico (2001).

O regime autoritário, para se legitimar e assim se perpetuar no poder, lançou mão de diversos expedientes contrários aos direitos humanos. Entre eles, destacam-se: a utilização indiscriminada da espionagem, a supressão do direito ao voto e a repressão política, muitas vezes aliada a torturas físicas e psicológicas, contra os cidadãos e cidadãs opositores ao regime.

Para compreender, dentro da categoria do capital e do trabalho, como este regime durou tanto tempo, não podemos abandonar a noção de que ele foi fortemente apoiado e influenciado por empresários. Como afirma Francisco de Oliveira, em sua obra *O ornitorrinco: Crítica da Razão Dualista* (2003), a ditadura, teve por consequência econômica, a aceleração da acumulação capitalista, aliada a uma condição de superexploração da classe trabalhadora, somente propiciada por um regime ditatorial, um tipo de fascismo que combinou expansão econômica com repressão.

Ao observar projetos como o defendido pelo MESP, e sua preocupação em rotular “professores doutrinadores”, não podemos deixar de lembrar, como aponta Motta (2014, p. 24), dos elementos deflagradores do golpe e sua natureza política, ou seja: “o medo, a insegurança, e a reação ao processo de esquerdização ou comunização supostamente em curso no país”.

Embora, segundo o autor supracitado, não tenha sido a maioria dos professores os considerados “subversivos”, fato é que os que assim o foram, terminaram presos, torturados psicologicamente, fisicamente, demitidos ou exilados.

Ainda segundo Motta (2014), o retrocesso para a produção científica no país foi significativo. Além disso, segundo o autor, não se pode deixar de falar

dos estudantes, que em número muito maior, foram perseguidos. Com professores e alunos, expulsos, torturados, mortos e desaparecidos, o ambiente escolar foi intensamente afetado, naquele momento, pelo incentivo de delações que tinham por consequência perseguições, repressões, mortes, prisões e expulsões.

Outra consequência direta para a produção de conhecimento no país foi o expurgo de livros. Para Motta, estes “não se limitavam às residências particulares, atingiam também as bibliotecas das instituições públicas, mas foram principalmente afetados os estoques de livrarias e editoras” (2014, p. 29). Tudo em nome do combate ao comunismo, da subversão e do perigo do pensamento crítico.

Muitos foram os prejuízos para a educação brasileira com o golpe de 1964 e a repressão que dela adveio. Por este motivo, o surgimento de um movimento como o MESP não pode passar despercebido pelos professores da EPT, já que tal projeto conservador tem a clara intenção de criar um clima denunciante e de desconfiança na escola, assim como existia no período da ditadura.

Através deste exemplo do passado, que insiste em não ser enterrado, pode-se perceber claramente o que acontece em regimes que começam com este tipo de narrativa e de produção de um inimigo interno que precisa ser denunciado e reprimido.

Segundo Motta (2014, p. 210): “Quanto à motivação para os expurgos, o aspecto mais óbvio é determinante e já foi mencionado: o critério ideológico”. Tal preocupação pode ser comprovada, segundo ele, com uma lista de aposentadorias cancelada por Costa e Silva, que apresentava os seguintes argumentos para punições: “comunismo, esquerdismo, atividades subversivas e contrárias à Revolução”.

Naquela época, era o clima de “subversão”, hoje temos a figura penal inexistente de “doutrinação”. Ambas demonstram operar dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que se ocupava da caça ao inimigo interno, como mostra Crestani (2011).

Ambas as lógicas identificadas em períodos diferentes, trabalham no sentido de encontrar, constranger e calar as vozes mais críticas que se dão conta do intento da repetição de um ciclo autoritário que, conforme demonstrado aqui, prestou-se a superexploração da classe trabalhadora, combinada com o silenciamento, muitas vezes literal, por meio do assassinato daqueles que representavam discursos e ações democráticas. Feitas estas considerações, passa-se a discussão e considerações finais sobre este percurso bibliográfico.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com esta revisão bibliográfica, chegou-se à conclusão de que muito precisa ser feito na formação de professores da EPT. Ao pesquisar sobre tal tema, descobriu-se o problema mais imediato da falta de políticas de longo prazo para a formação politécnica de docentes desta modalidade.

Sendo assim, a luta por qualidade na EPT deve-se dar também no campo das políticas públicas de formação, sob risco de continuarmos repetindo na formação dos docentes, a dualidade entre “matérias técnicas” e “matérias da formação básica”, como se o mundo fosse assim também separado, cristalizado e sem perspectiva de mudanças.

Sobre a formação política, após compreender o grau da repressão destinada aos docentes críticos na ditadura civil-militar, tem sua justificativa também na atualidade, tendo em vista que os professores precisam estar atentos e prontos a resistir a projetos conservadores como os defendidos pelo MESP.

Isso se faz necessário, pois o golpe de 1964 não teria acontecido, dentre outros fatores que aqui não cabe neste momento mencionar, se não fosse o clima de medo e combate ao comunismo, que mobilizou e convenceu grande parte da população a acabar com sua própria experiência democrática.

Com a investigação feita, percebe-se que o medo e a desconfiança servem a interesses políticos, assim foi em 1964 e assim é hoje, onde se materializam na consciência das pessoas por meio de redes sociais e seleções algorítmicas de conteúdos, papel antigamente desempenhado pela imprensa e

por institutos, *think thanks*, apoiados pelos Estados Unidos, como o Instituto de Pesquisa Econômico Social (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Descobriu-se, também, que a pesquisa sobre as consequências da ditadura civil-militar na EPT não é numerosa, cabendo ainda muitos estudos sobre o impacto da repressão política dos docentes desta modalidade.

Como sugestão, aponta-se para a utilização nos cursos de formação de docentes, a utilização da documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), tornadas públicas na década de 1990. Estas podem oferecer material relevante para a demonstração de como as ditaduras criminalizam o pensamento crítico, utilizando interrogatórios que atacam os direitos humanos mais básicos, como, por exemplo, a liberdade de ter opiniões políticas e de participar da vida pública do país.

Sobre o MESP, chega-se à conclusão de que o sociólogo Theodor Adorno estava certo, pois as condições para que Auschwitz aconteça novamente estão aí, onde a intolerância e o ódio ao conhecimento científico se encontram. Como possibilidade, vislumbrou-se espaço para que pesquisadores se debruce sobre a relação entre ditaduras e opressão a docentes da EPT, desta forma, poderemos avaliar com mais precisão os impactos da falta de princípios democráticos na EPT, princípios estes, que devem ser compreendidos e ampliados, nunca diminuído, como vemos parte do povo nas ruas e nas denúncias das escolas a demandar ultimamente.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3ª ed., Editora: Paz e Terra, 1995.

ANGELO, V. Saudade dos militares: os pedidos de retorno das Forças Armadas ao poder no Brasil. **Revista de estudos brasileiros**. Salamanca, Espanha. 2018. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo3079825-saudade-dos-militares-os-pedidos-de-retorno-das-for%C3%A7as-armadas-ao-poder-brasil](https://redib.org/Record/oai_articulo3079825-saudade-dos-militares-os-pedidos-de-retorno-das-for%C3%A7as-armadas-ao-poder-brasil). Acesso em: 19 nov. 2022.

Assembleia Geral da ONU. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (217 [III] A). Paris.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CIASCA, M.; SILVA, L. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018). **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n.º 1, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/677>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CIAVATTA, M. A Formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica: perspectiva histórica e desafios contemporâneos. Educação Superior em Debate – **Simpósio Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica**, MEC/SETEC, Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Educacao\\_Profissional\\_Tecnologica/relatorio\\_1\\_conferencia\\_educacao\\_profissional\\_tecnologica\\_7.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Educacao_Profissional_Tecnologica/relatorio_1_conferencia_educacao_profissional_tecnologica_7.pdf). Acesso em: 19 nov. 2022.

CRESTANI, L. O Surgimento do Inimigo Interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). **Revista História em Reflexão**: v. 5, n.º 9. UFGD, Dourados, jan/jun., 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4108>. Acesso em: 19 nov. 2022.

FICO, C. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, C. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

FREITAS, L. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido**: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Gaudêncio Frigotto (Org.). Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em: [https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1349631\\_Antonio\\_Gramsci\\_\\_\\_Cadernos\\_do\\_carcere\\_\\_\\_vol\\_II.pdf](https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1349631_Antonio_Gramsci___Cadernos_do_carcere___vol_II.pdf). Acesso em: 19 nov. 2022.

GOMES, M. **O programa escola sem partido e sua implicação na profissão docente**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/24389/3/PROGRAMA%20ESCOLA%20SEM%20PARTIDO.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: Das revoluções coloridas aos golpes. Tradução de Thyago Antunes. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GESTEIRA, A. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**, v. 10, n.ª 12, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/2062> . Acesso em: 19 nov. 2022.

MELO, D. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, Ano XIII, n.º 27, 2º Semestre 2012. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574>. Acesso em: 01 dez. 2022.

MENDES, M. **Guerra Híbrida e Neogolpismo**: Geopolítica e luta de classes no Brasil (2013-2018). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MIGUEL, L. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**. Campinas-SP. v. 62, p. 2-14, 2021.

MOTTA, R. Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, F. **“Escola sem partido”**: Relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história, 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade do Rio de Janeiro- Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, A. **A formação do professor para a educação profissional**: mapeando a produção bibliográfica. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Educação PPGED, Vitória da Conquista, 2016. Disponível em:

<http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2016/09/Anely-S-Oliveira.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

PACHECO, E. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti\\_evolucao.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf). Acesso em: 19 nov. 2022.

RIBEIRO, L. A rede de think tanks (neo)liberais: entre a persuasão e o avanço do neoconservadorismo no Brasil. **XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Geografia**, Evento Online, Brasil, 2021. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV154\\_MD1\\_SA155\\_ID226219112021174753.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA155_ID226219112021174753.pdf). Acesso em: 01 dez. 2022.

SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.**; São Paulo: Boitempo Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2011.

SILVA, M. G. da. (2019). **O Escola Sem Partido como expressão do ideário militar**. *Germinal: Marxismo E educação Em Debate*, 10(3), 169–175. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v10i3.28612>. Acesso em: 19 nov. 2022.

STEPHAN, C. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). **I Seminário Internacional de Ciência Política da UFRGS**, Porto Alegre, Brasil, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjgloabl/article/view/50544/31591>. Acesso em: 19 nov. 2022.

TONIOL, L. **Escola sem Partido: Ideologia e Discurso**, 130 f. Dissertação (Pós-Graduação) – Curso de Educação, Universidade Federal de São Carlos- São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, M.; SANTIAGO, M. A verdade sufocada: iminência de novos sentidos sobre a ditadura. **Gláuks: Revista de Letras e Artes**. Viçosa-MG, v. 19, p. 158-178, 2019.